

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE
DO TURISMO NACIONAL
DESTINOS INDUTORES
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

2013



APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE	4
2. RESULTADOS	6
2.1. Índice geral	6
2.2. Infraestrutura geral	9
2.3. Acesso	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos	12
2.5. Atrativos turísticos	14
2.6. Marketing e promoção do destino	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	20
2.9. Monitoramento	22
2.10. Economia local	24
2.11. Capacidade empresarial.....	25
2.12. Aspectos sociais	27
2.13. Aspectos ambientais.....	29
2.14. Aspectos culturais.....	30
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE	33

1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o **Ministério do Turismo (Mtur)**, o **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)** e a **Fundação Getulio Vargas (FGV)** consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, *Marketing* e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100¹:

Nível 1: intervalo entre 0 e 20;

Nível 2: intervalo entre 21 e 40;

Nível 3: intervalo entre 41 e 60;

Nível 4: intervalo entre 61 e 80;

¹ Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

Nível 5: destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

2. RESULTADOS

A pesquisa em Balneário Camboriú foi realizada entre os dias 24 e 28 de junho de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

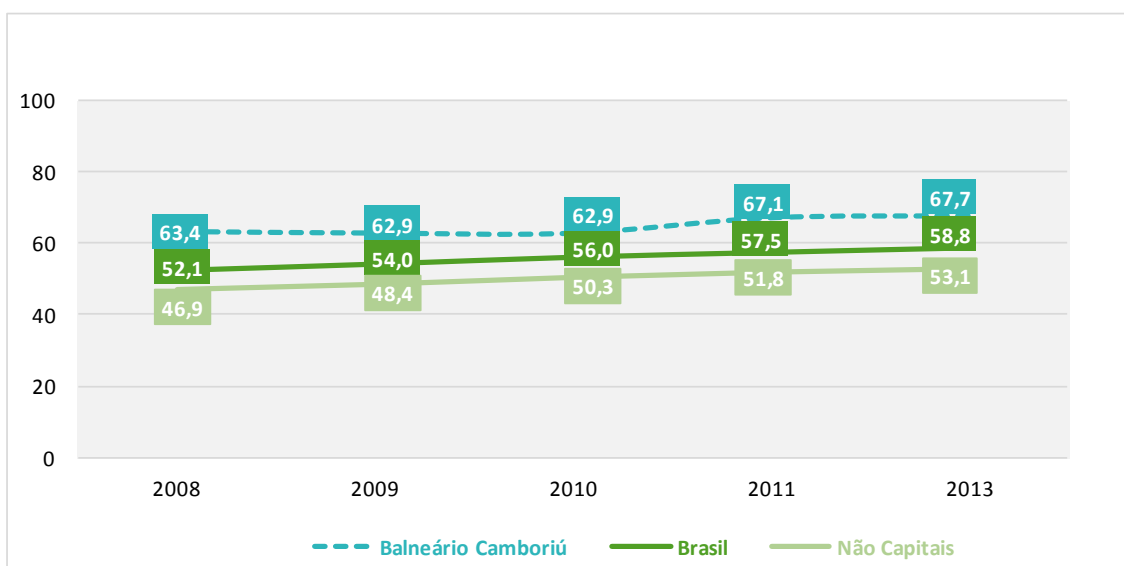
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 67,7 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou estável em relação ao índice obtido em 2011 (67,1):

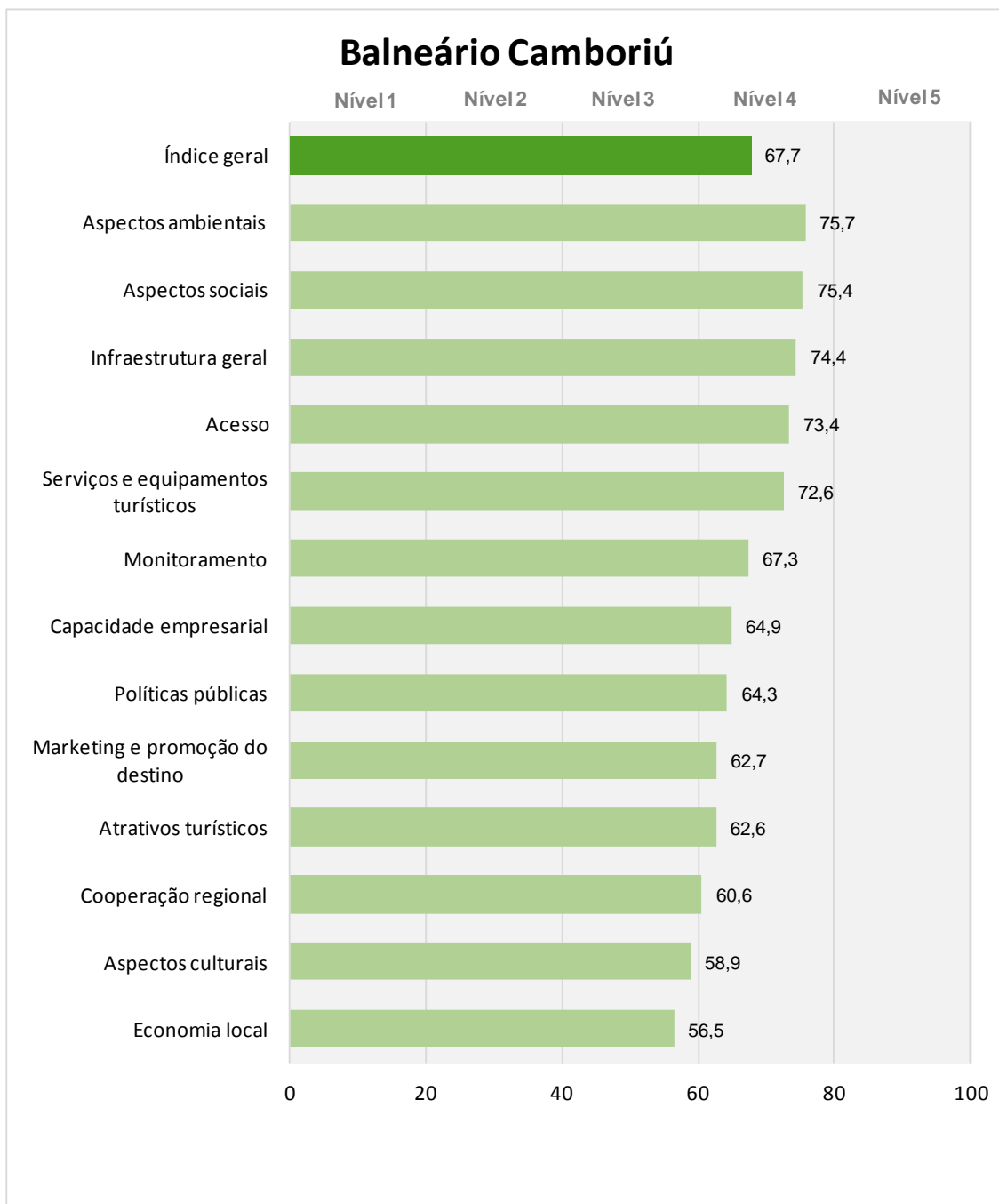
Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013



O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos ambientais, Aspectos sociais, Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Monitoramento, Capacidade empresarial, Políticas públicas, Marketing e promoção do destino e Atrativos Turísticos, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Economia local e Aspectos culturais as quais não ultrapassaram o nível 3 (abaixo de 60,4).

Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho

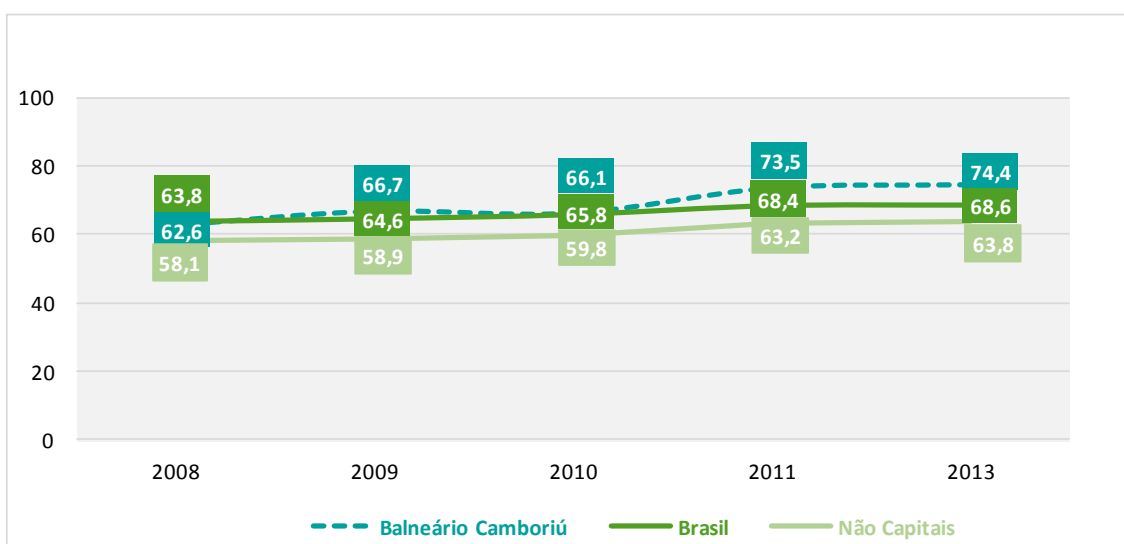


2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Balneário Camboriú registrou 74,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice estável em relação ao obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em diversos níveis, como primeiros socorros, laboratório de análises, estrutura para cirurgias de emergência, entre outros;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo especializado de busca e salvamento;

- Existência de Defesa Civil estruturada e atuante no destino e presença da Guarda Municipal;
- Investimentos significativos em elementos de drenagem nas áreas turísticas (galerias e canais);
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana; e
- Disponibilidade de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos nas áreas turísticas e entorno.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de grupamento de Polícia Militar especializado no atendimento ao turista;
- Inexistência de delegacia especializada de proteção ao turista na Polícia Civil; e
- Carência de abrigos de ônibus nas principais vias turísticas e entorno.

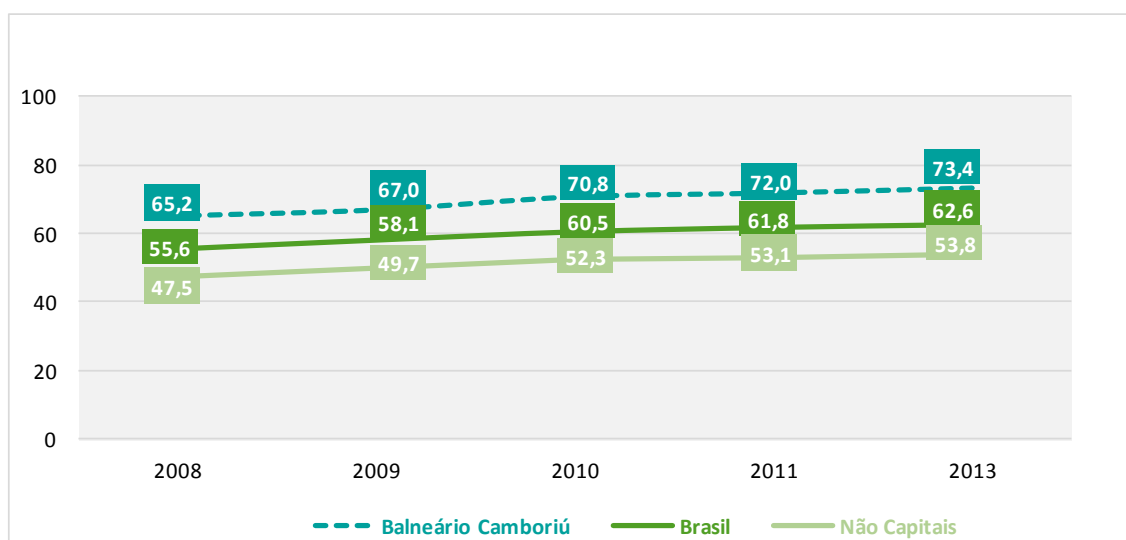
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em Acesso, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 73,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- O principal aeroporto que atende ao município fora de seu território - Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz, conta com ampla rede de serviços, entre eles: centro de atendimento ao turista, locadora de veículos, serviços bancários, lojas e restaurantes, serviços de câmbio, etc;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam no Aeroporto Internacional de Florianópolis – ônibus convencional, ônibus executivo, taxi executivo, conforme identificado em visita técnica ao município;
- Existência de um terminal rodoviário bem estruturado com oferta de serviços bancários, facilidades para pessoas com deficiência física, restaurantes, além de oferta de transportes para o deslocamento aos que embarcam e desembarcam no terminal – ônibus convencional, taxi e moto-taxi;
- Linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar);
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas; e
- Serviços de táxi regularizados e padronizados.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

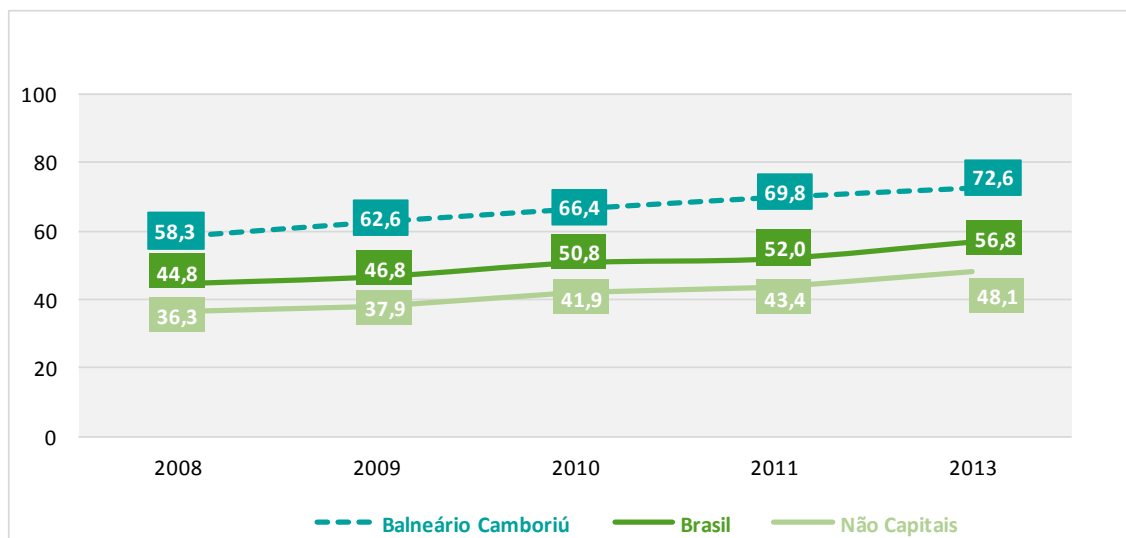
- Ausência de aeroporto dentro do território municipal ou em município limítrofe;
- Capacidade limitada do terminal aeroportuário que atende ao destino – Aeroporto Internacional de Florianópolis, conforme constatado em visita técnica (junho 2013);
- Inexistência de terminal aquaviário e de serviços que atendam ao fluxo turístico por meio deste modal;
- Indisponibilidade de informações, inclusive em idioma estrangeiro, para quem circula na linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar);
- Existência de congestionamentos no destino, especialmente durante a temporada;
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas; e
- Oferta limitada de ligações aéreas diretas entre o aeroporto do destino e seus principais centros emissivos de turistas nacionais e internacionais.

2.4. Serviços e equipamentos turísticos

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 72,6 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo **MTur** e em bom estado de conservação;
- Existência de Centro de Atendimento ao Turista no destino e que oferece diversos serviços, como atendimento em idioma estrangeiro, display com folders e informativos sobre os atrativos, mapa informativo, entre outros;
- Oferta de espaços para a realização de eventos – espaços multifuncionais e salas em hotéis para realização de eventos de pequeno, médio e grande porte;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do Ministério do Turismo;
- Existência de organização representativa de guias;
- Instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, de graduação e pós-graduação, além de capacitação nas áreas relacionadas ao turismo, como guias de turismo, hotelaria, eventos, bares e restaurantes, entre outros; e

- Oferta regular de cursos de capacitação para o setor de alimentação e existência de regulamentação para orientar estabelecimentos e ambulantes em relação a manipulação de alimentos.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

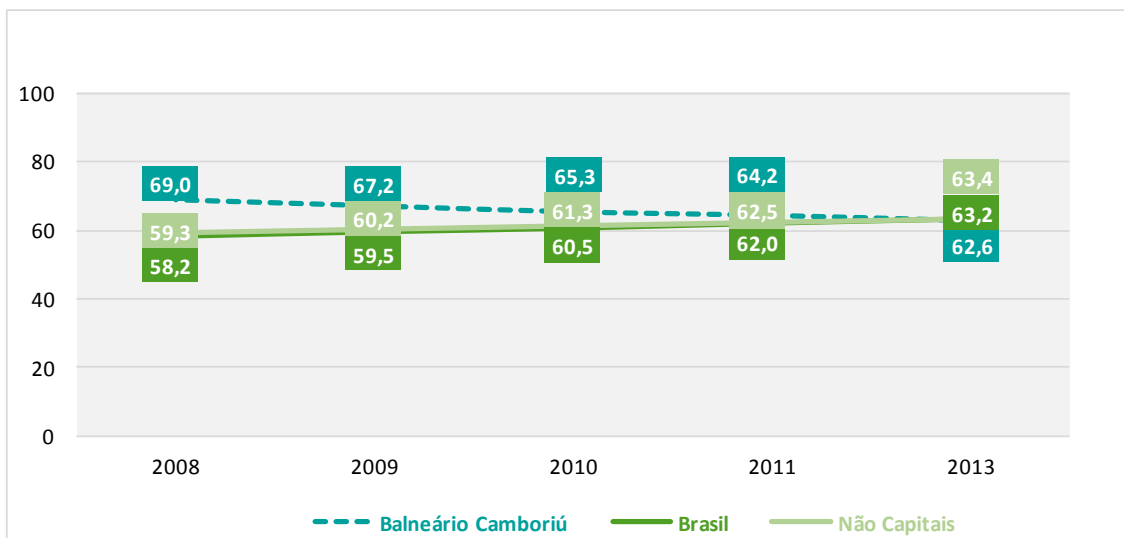
- Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro;
- Carência de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos, inclusive em idioma estrangeiro;
- Ausência de um centro de convenções que atenda ao destino;
- Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; e
- Carência de empresas de receptivo que ofereçam serviços diferenciais e personalizados aos turistas.

2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 63,4 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 62,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Praia Central, Parque Unipraias e Praia das Laranjeiras;
- Evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Praia Central –, conforme observado em visita técnica;
- Boa estrutura e manutenção física do mobiliário disponível na Praia Central. Ex.: Barracas padronizadas, banheiros acessíveis, iluminação noturna;
- Adoção de alguns quesitos de acessibilidade no principal atrativo natural – em especial para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- Presença de alguns atrativos culturais, dos quais foram indicados como principais: Igreja da Barra, Museu Oceanográfico e Arqueológico, Praça do Artesanato;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Réveillon, Carnaval e o Natal;
- O local onde acontece o Réveillon, principal evento programado indicado, conta com boa estrutura física, conservação urbanística e ambiental no seu entorno e alguns quesitos de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais; e

- Existência de atrativo de realização técnica e científica que atrai visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com destaque para a Universidade do Vale do Itajaí - Univali, principal atrativo indicado nesta categoria.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

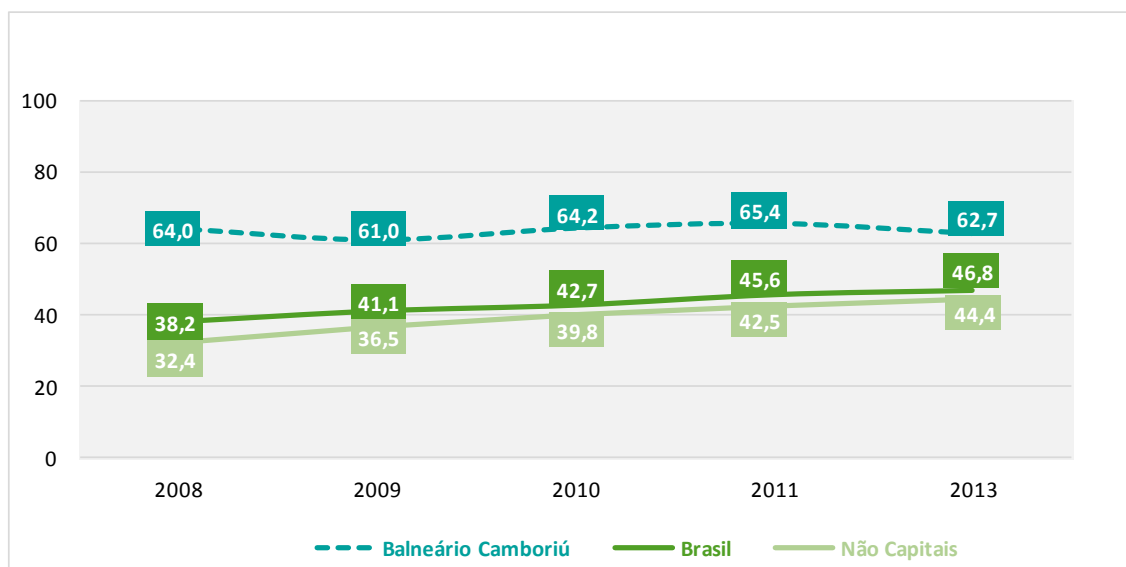
- Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- Carência de atrativos culturais que movimentem fluxo turístico receptivo para o destino;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado – Capela da Barra - antiga Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso;
- Estado de conservação urbanística e ambiental do entorno do principal atrativo cultural indicado e estrutura de apoio aos visitantes neste atrativo;
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural; e
- Carência de alguns quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência na Universidade do Vale do Itajaí - Univali, local indicado como principal atrativo técnico e científico de Balneário Camboriú.

2.6. *Marketing e promoção do destino*

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de *marketing*; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 62,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7. Índices *Marketing* e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- O município é contemplado por um plano de marketing estadual – Plano Catarina - que prevê metas de mercado para o turismo no destino, com metas e análises de ambientes definidos;
- Participação em diversas feiras e eventos do setor de turismo nos últimos dois anos;
- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional;
- O destino turístico produziu, nos últimos anos, eventos próprios para se promover fora de seu território, como a realização do Workshop Trade (nacional e internacional);
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro, e que deixa claro, ao visitante, a preocupação com a prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes (apenas em parte da folheteria);
- Existência de material promocional que apresenta a oferta de espaços estruturados para eventos no destino;

- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta online e gratuita; e
- Existência de página promocional de turismo do destino, acessível pelo endereço www.secturbc.com.br, disponível em diversos idiomas estrangeiros.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

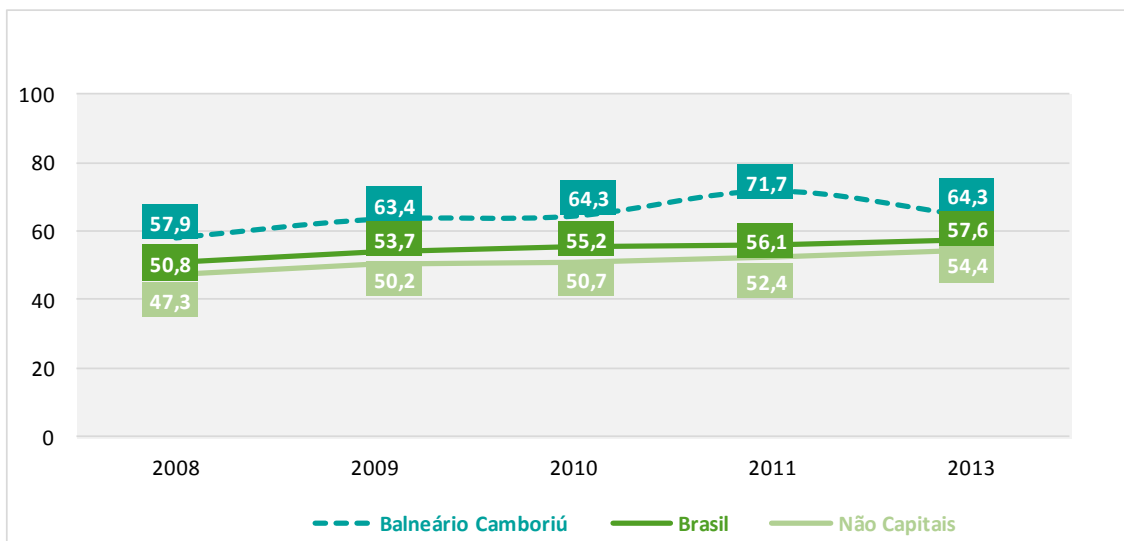
- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Resultados dos eventos de outros segmentos dos quais a cidade participa não avaliados sistematicamente, o que poderia ser feito por meio de pesquisa nos próprios eventos, contagem de visitantes recebidos nos estandes, bem como de negócios estabelecidos, entre outras ações;
- O material promocional do destino não alerta o visitante claramente sobre a importância de preservar o meio ambiente; e
- Ausência de informações na página promocional de turismo do destino que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo e em conservar o meio ambiente.

2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 64,3 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico - com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo do turismo – e que dispõe de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- A Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, o Projeto Praia Limpa em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de Conselho Municipal de Turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Além de atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios, foram feitos investimentos diretos do governo federal no destino em projetos ligados ao turismo, no ano anterior;

- Existência de Plano Diretor Municipal, revisado recentemente, que contempla o setor de turismo; e
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

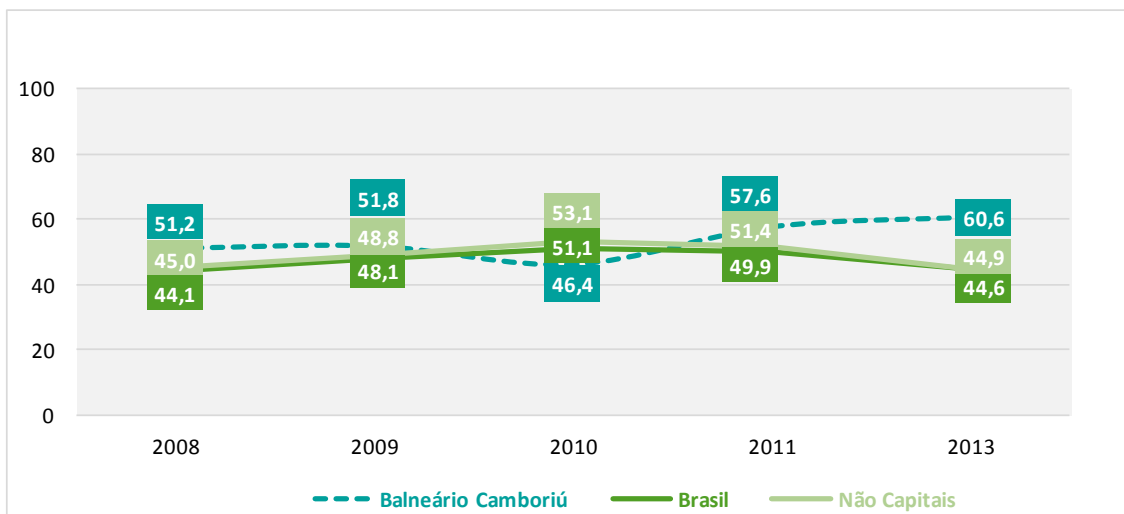
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo - Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
- Carência de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visam ao desenvolvimento do turismo, no ano anterior; e
- Balneário Camboriú não segue nenhum planejamento formal para o setor de turismo que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos.

2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 60,6 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional – Conselho de Turismo da Costa Verde Mar - CONVEMAR – que conta com a participação de diversos atores do segmento turístico e que foi constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- A instância de governança regional dispõe de um gestor executivo com dedicação parcial à coordenação e promove reuniões mensais para discussão do processo de regionalização;
- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos da região, entre eles, o Projeto de Sinalização Turística da Costa Verde e Mar;
- Existência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região, no qual estão previstas atribuição de responsabilidades e metas de mercado, cujas ações e projetos contemplam o município avaliado;
- O destino integra roteiros regionais, comercializados por operadores e/ou agências, elaborados com informações de inventário ou cadastro da oferta turística, estruturados com a participação de atores do *trade* turístico;

- A elaboração dos roteiros regionais dos quais o destino faz parte considerou questões de sustentabilidade, como as descritas nos documentos do Plano de Regionalização;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística dos quais faz parte, e realizou ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região, com agentes/operadores de turismo receptivo; e
- O destino co-produz material promocional da região e dos roteiros da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

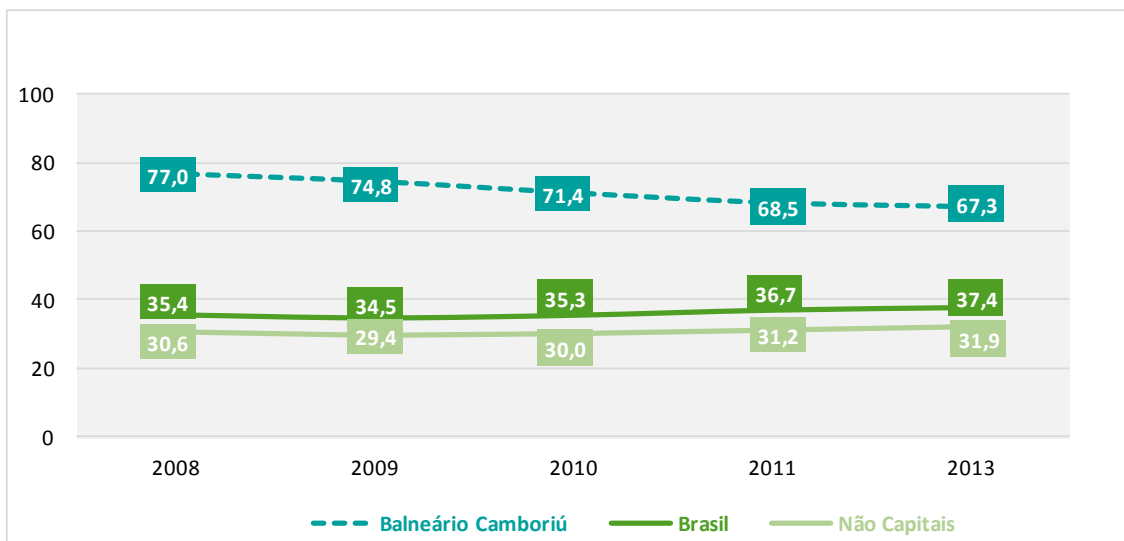
- A instância de governança regional - Conselho de Turismo da Costa Verde Mar - CONVEMAR – não está formalmente constituída e não dispõe de um gestor executivo com dedicação exclusiva à coordenação;
- A instância de governança regional não realizou parcerias com os setores público e privado dos municípios que representa, uma vez que possui somente atribuição consultiva;
- A CONVEMAR não conta com recurso próprio para a condução de suas atividades;
- Não realização de ações para mobilizar atores do setor de turismo do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior; e
- Inexistência de página institucional da região turística na *internet*.

2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 67,3 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda, realizada periodicamente durante o ano, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta – Inventário do Plano de Desenvolvimento Turístico 2011 – atualizada;
- Aproveitamento e divulgação dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta em relatórios gerenciais internos e na formulação de políticas públicas;
- Acompanhamento contínuo dos objetivos da política de turismo em nível municipal;
- Monitoramento periódico dos impactos ambientais gerados pelo turismo – Estudos sistemáticos de balneabilidade realizados pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA;
- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, que coordena e executa as pesquisas turísticas.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

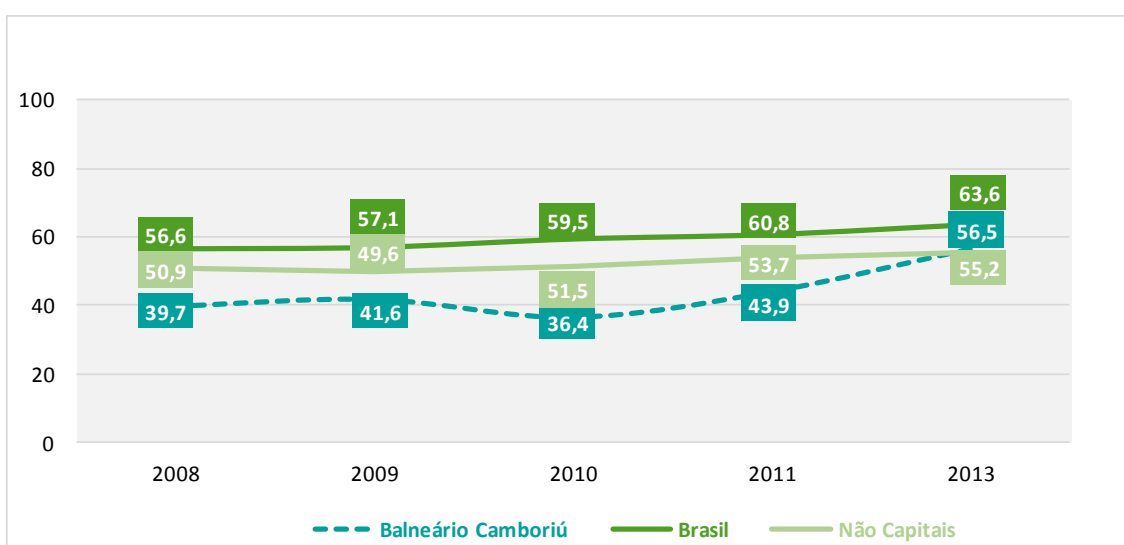
- Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas;
- Inexistência de relatórios de conjuntura turística;
- Não acompanhamento sistemático dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Não monitoramento dos impactos econômicos e sociais gerados pelo turismo.

2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 56,5 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:

- Acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Existência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; e
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau* exclusivo do destino – Balneário Camboriú Convention & Visitors Bureau.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

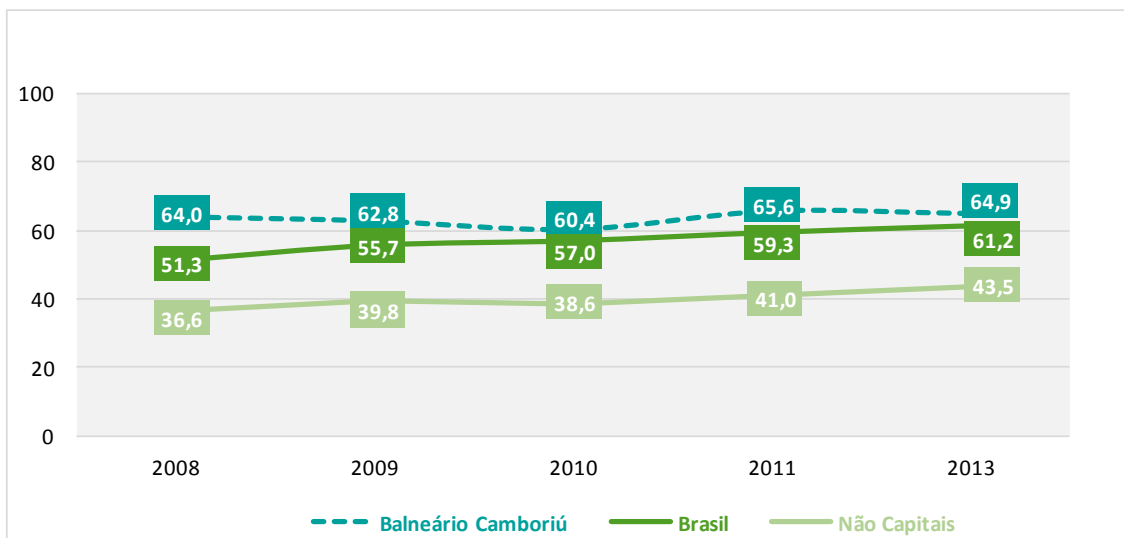
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo;
- Indisponibilidade de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor; e
- Inexistência de um polo de produção/negócios capaz de movimentar a economia local e, conseqüentemente, alavancar o fluxo turístico receptivo.

2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 64,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice estável em relação ao obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, de formação superior, de cursos livres e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos de gerencia e supervisão em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de grupos e redes nacionais e internacionais do setor de turismo, no segmento de locação de automóveis e meios de hospedagem;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos operacionais e técnicos na hotelaria;

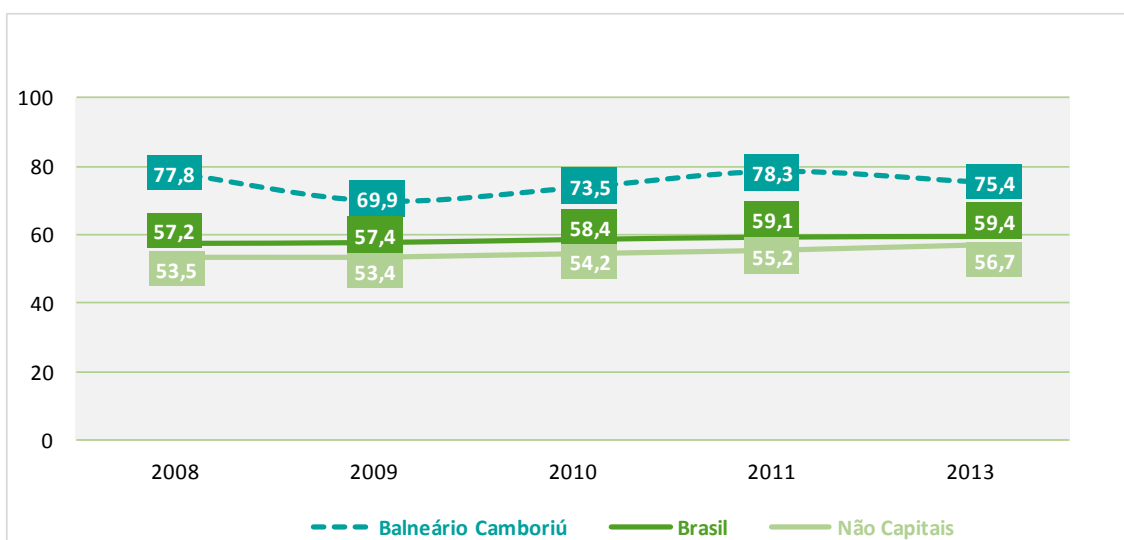
- Inexistência de arranjos produtivos locais – APLs que fomentem o empreendedorismo local;
- Existência de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de terrenos ou espaços físicos, alto custo dos imóveis e terrenos e dificuldades para obtenção de licenciamento ambiental; e
- Inexistência de empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 75,4 (nível 4) nessa dimensão em 2013, índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Adoção de políticas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal;
- Existência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ações contínuas realizadas por órgãos municipais e por parte da iniciativa privada;
- Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino – o turismo é pauta permanente nas escolas do ensino fundamental;
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio do Conselho Municipal de Turismo e audiências públicas; e
- Envolvimento da comunidade com o desenvolvimento da atividade turística, por meio de associações de moradores e sindicatos.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

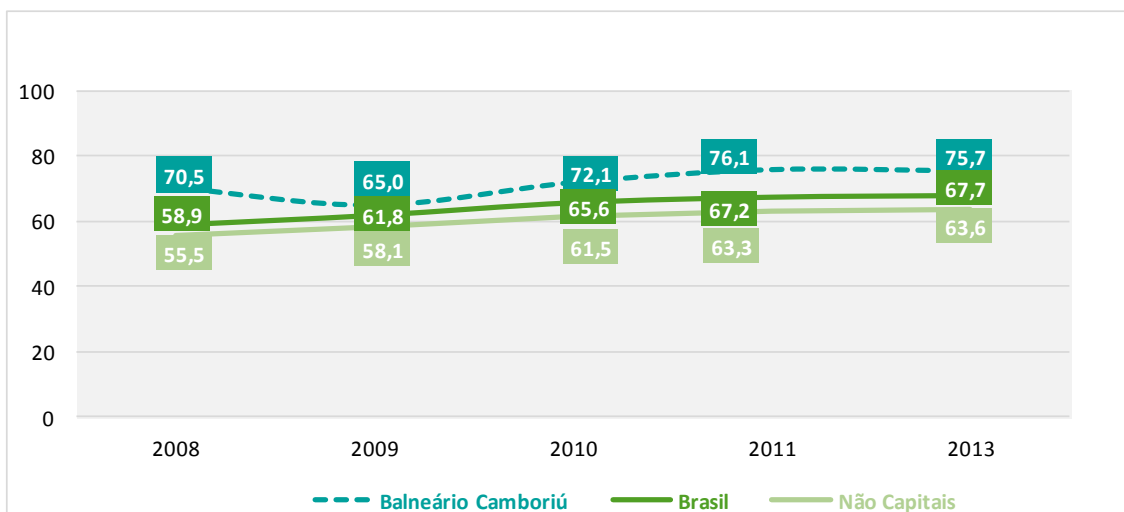
- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo; e
- Ausência de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local, à cultura e ao patrimônio.

2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 75,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente - Secretaria de Meio Ambiente de Balneário Camboriú;
- Ampla rede pública de distribuição de água;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;

- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto que atende ao destino;
- Existência de Estação de Tratamento de Esgoto – ETE;
- Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – APA Costa Brava.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

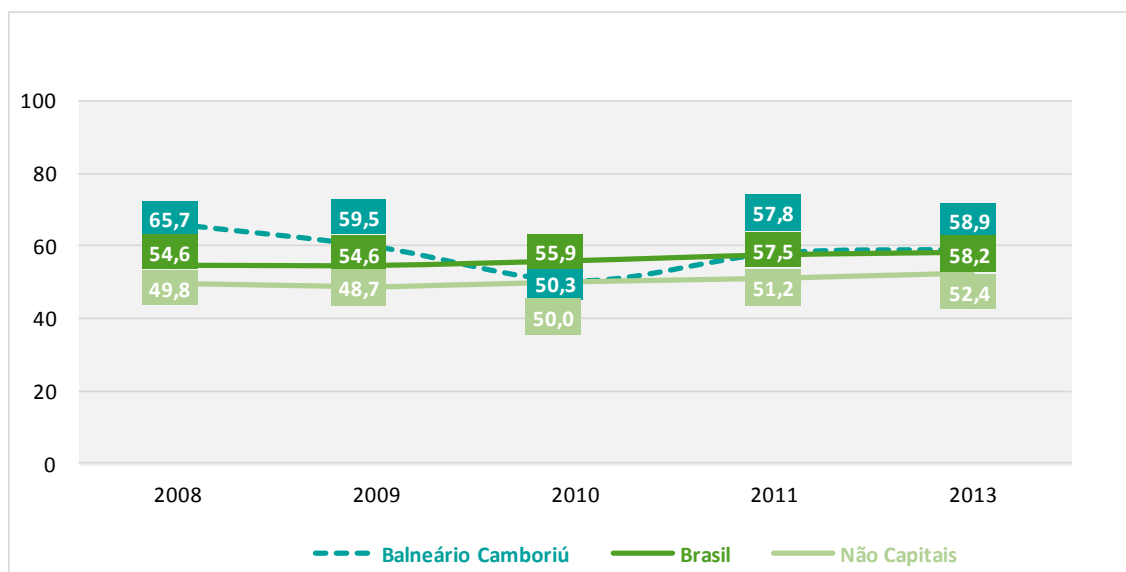
- Inexistência de Código Ambiental Municipal ou similar;
- Ausência de atividade de controle ou monitoramento da qualidade do ar;
- Presença de atividades potencialmente poluidoras no território municipal, como a retirada fluvial de areia;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização; e
- Ausência de conselho gestor e plano de manejo para a principal Unidade de Conservação indicada – APA Costa Brava.

2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 58,9 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de atividade artesanal típica – tear e bonecos gigantes – reconhecida em esfera regional e existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera regional (Ex.: caldeirada de frutos do mar);
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território, entre elas a pesca artesanal na Barra e existência de manifestações religiosas com destaque para a Paixão de Cristo;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal – Quilombola Morro do Boi e Comunidade da Barra -, e presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional - Terno de Reis de Taquaras, Boi de Mamão, entre outros;
- Existência de sítio arqueológico tombado ou registrado – Balneário Camboriú I e II - IPHAN;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico – Capela da Barra – Igreja de Santo Amaro;
- Presença de órgão da administração local com atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura;

- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais;
- Existência de legislação municipal de cultura e fundo municipal de cultura, este último exclusivo e efetivo;
- O destino aderiu ao Sistema Nacional de Cultura; e
- Existência de projeto para implementação de turismo cultural – Cartas de Identidades Culturais.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de patrimônio imaterial registrado e de patrimônio artístico tombado;
- Inexistência de uma política de preservação de bens culturais imateriais;
- Inexistência de bem que se constitui em patrimônio da humanidade pela UNESCO;
- Carência de projetos integrados entre o órgão que administra a cultura e Secretaria de Turismo do destino; e
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga.

3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Balneário Camboriú, é possível concluir que, em 2013, houve estabilidade do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa².

² Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Balneário Camboriú		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	62,9	67,1	67,7
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	66,1	73,5	74,4
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	70,8	72,0	73,4
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	66,4	69,8	72,6
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	65,3	64,2	62,6
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	64,2	65,4	62,7
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	64,3	71,7	64,3
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	46,4	57,6	60,6
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	71,4	68,5	67,3
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	36,4	43,9	56,5
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	60,4	65,6	64,9
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	73,5	78,3	75,4
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	72,1	76,1	75,7
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	50,3	57,8	58,9

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das “Não capitais” refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.